



ATA DA CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA NONA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e nove, às dezoito horas e quarenta minutos, no Plenarinho da Câmara de Vereadores de Joinville, realizou-se a centésima septuagésima nona Assembleia Geral do Conselho Municipal de Saúde. **Conselheiro Douglas Calheiros Machado**, presidente do CMS, procedeu à abertura dos trabalhos, cumprimentando a todos os presentes. Em seguida apresentou a pauta da reunião: **1- EXPEDIENTES: 1.1** Apresentação e aprovação da Pauta da Reunião; **2- ORDEM DO DIA: 2.1** Apresentação do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde – PET – Saúde – Selma Cristina Franco – 20'; **2.2** Discussão referente ao Hospital Doutor Jeser Amarante Faria – Deputado Clarikennedy Nunes – 20'; **2.3** Apresentação do Plano de Ações de Alimentação e Nutrição – Equipe da Atenção Básica – 20'; **2.4** Apresentação do Relatório das Atividades do Evento Pró-Saúde – Nelson Renato Esteves – 10'; **3-ASSUNTOS DIVERSOS; 4- INFORMES GERAIS.** O presidente solicitou uma inversão de pauta, ou seja, a apresentação do item **2.4** da pauta passou a ser o **2.1**, e o mesmo passou a ser o item **2.5**. O conselheiro Hamilton Augusto do Nascimento solicitou inclusão de pauta referente a quatro Pareceres da Comissão de Assuntos Internos. A pauta foi aprovada, considerando a inversão e a inclusão, pela maioria dos conselheiros presentes. O presidente prosseguiu com o item **2.1 - INFORMES: 1-**Ofício nº.126/09-GUVS, datado de 18.03.09, justificando a não apresentação do relatório da Comissão de Mortalidade Infantil do município de Joinville, dentro do prazo determinado; **2-** Ofício nº.005/09-CMST, datado de 25 de março, encaminhando ao CMS, a nominata atual da referida comissão; **3-** Ofício nº.006/09-CMST, encaminhando ao CMS as atas de suas reuniões referente o período de 2008 até a última reunião realizada em 2009, conforme solicitação do Conselho Estadual de Saúde; **4-** Ofício nº. 167/09 da Maternidade Darcy Vargas, datado de 24.03.09, encaminhando para conhecimento do CMS, Relatório Mensal de suas atividades. Encaminhado à Comissão de Assuntos Internos; **5-** Correspondência da Rede Feminina de Combate ao Câncer, datada de 20.03.09, encaminhando para apreciação do CMS, o Relatório de Atividades relativo ao exercício de 2008. Aprovado por maioria de votos, encaminhamento à Comissão de Assuntos Internos; **6-** Correspondência da Ação Social da Saúde Comunitária, encaminhando para conhecimento do CMS, cópia de documento enviado à Promotoria de Justiça, que dispõe sobre ação de responsabilidade, decorrente da não instalação do Acelerador Linear no Serviço de Radiologia do HMSJ; **7-** Correspondência da AMA, de 25.03.09, indicando a Sra. Janine A . Barros, como titular, em substituição a Sra. Almerize Verônica Leite; **8-** Correspondência do Instituto Laços de Solidariedade, manifestando interesse em fazer parte do CMS; **9-** Correspondência da AMA, justificando a ausência de suas representantes, na AGO de 30.03.09, por estarem participando de evento na referida instituição. A justificativa foi aprovada pela maioria dos conselheiros; **10-**Correspondência da SJM, de 23.03.09, justificando a ausência da conselheira Martha M^a V.de S. Abreu Artilheiro, na AGE de 23.03.09, em decorrência da mesma estar em procedimentos médicos, que coincidiram com o horário da reunião. A justificativa foi aprovada pela maioria dos conselheiros; **11-** Correspondência da ABO, datada de 23.03.09, justificando a ausência do conselheiro Rigler Borges, na AGE de 23.03.09, devido a compromisso de trabalho. A justificativa foi aprovada pela maioria dos conselheiros; **12-** Correspondência da Associação dos Ostomizados de Jlle, datada de 27.03.09, justificando a ausência de seus representantes na AGE de 23.03.09, por motivos profissionais e viagem. A justificativa foi aprovada pela maioria dos conselheiros; **13-** Correspondência do CLS/Bom Retiro/23.03.09, justificando a ausência da conselheira Angelina Sombrio, nas Assembleias de 16.03 e 23.03,



por motivos de problemas de saúde em pessoa da família. A justificativa foi aprovada pela
50 maioria dos conselheiros; **14-** Correspondência do CLS do Vila Nova Rural, justificando a
ausência da conselheira Ingrid Poltronieri na AGE de 23.03.09, em virtude de compromisso
na comunidade, na mesma data. A justificativa foi aprovada pela maioria dos conselheiros;
15- Ofício nº. 193/09, da MDV, datado de 13.04.09, justificando a ausência de seus
55 representantes na AGE de 13.04.09, por estarem participando do Evento de Lançamento do
Manual de “Rotinas em Obstetrícia em Alto Risco”, na Maternidade. A justificativa foi
aprovada pela maioria dos conselheiros; **16-** E_mail do Conselho Estadual de Saúde, datado
de 08.04.09, solicitando o agendamento de uma reunião entre a Comissão Municipal da
Saúde do Trabalhador e CIST/CES, para o mais breve possível; **17-** Ofício nº. 040/09, da
60 GUAF, em resposta ao ofício nº. 27/09 do CMS, encaminhando planilha com o cronograma
de pagamentos do Fundo Municipal de Saúde. Encaminhado à Comissão de Assuntos
Internos; **18-** Ofício nº.128/09 da GUPCAA/SMS, datado de 02.04.09, encaminhando para
análise e apreciação do CMS, a Revisão Plano Operativo Anual (Convênio nº. 027/2007
celebrado entre SMS e Instituição Bethesda – Hospital e Maternidade). Encaminhamento à
65 Comissão de Assuntos Internos aprovado pela maioria dos conselheiros; **19-** Ofício nº.
150/09, da GUPCAA/SMS, datado de 15.04.09, encaminhando para análise e aprovação do
CMS, Convênio firmado entre SES, SMS e HMSJ (política estadual de incentivo hospitalar).
Encaminhamento à Comissão de Assuntos Internos aprovado pela maioria dos conselheiros;
20- Ofício nº.014/09, do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Joinville, solicitando
70 parceria do CMS, para a realização de evento relativo ao Dia Internacional da Luta pela
Saúde da Mulher e Dia Nacional de Redução da Morte Materna em 28 de maio de 2009. A
maioria dos conselheiros presentes aprovou parceria; **21-** Correspondência da Sra. Ana
Paula Costa, recebido em 24.04.09, manifestando-se contrária a utilização de recursos
públicos municipais (R\$.200.000,00) para custear o Plano de Saúde dos Servidores Públicos
Municipais (VITASERV). A conselheira Cléia Aparecida Clemente Giosole sugeriu que se
75 solicite um Parecer à Procuradoria do Município. A conselheira Terezinha Amorim de Castro
lembrou da importância de serem tomadas medidas sérias. O conselheiro Nelson Renato
Esteves destacou que desconhece o fato, que não está correto o uso de dinheiro público
para tal fim, e os planos deveriam ter gerência própria. O conselheiro Luciano Soares
solicitou esclarecimento se os recursos dos Planos Municipais são do Fundo. O presidente
80 esclareceu que não, eles são do Tesouro Municipal. O conselheiro Luciano considerou que
se os recursos não são do Fundo, não há uma questão legal. A senhora Maria Bernadete
Pereira expressou que acha justo que a Prefeitura pague um Plano de Saúde para seus
funcionários. O conselheiro Hamilton Augusto do Nascimento disse que houve um acordo
com o Sindicato referente a aumento de salários e tal benefício, mas que seria proveitoso,
85 ainda assim, solicitar parecer à Procuradoria. O conselheiro Douglas declarou que como
funcionário público, não utiliza o Vitaserv, e sim o SUS. Também se manifestou a favor do
Sistema Único de Saúde como sendo universal e um direito de todos, seja um funcionário
público ou um engenheiro, e no seu entendimento, se o dinheiro é público, deve ser usado
90 para o público. Sendo assim, o dever de todo servidor deve ser lutar para o fortalecimento
do SUS, para que todos possam ser bem atendidos através da rede pública. Diante disso,
sugeriu que se encaminhasse ao Prefeito de Joinville solicitação de confirmação do valor de
duzentos mil reais como repasse ao Vitaserv, e ao receber tal confirmação, encaminhar uma
solicitação de parecer jurídico à Procuradoria do Município. A proposta foi aprovada pela
95 maioria dos conselheiros; **22-** Correspondência do conselheiro Douglas, encaminhando
proposta de descarte de medicamentos vencidos. O mesmo esclareceu que a proposta é de
se criar no Município, pontos para coleta de medicamentos vencidos, para que tais



medicamentos tenham um encaminhamento adequado, evitando o desperdício e o mau uso do medicamento. A senhora Rosinete Fátima sugeriu que, simultaneamente, houvesse uma campanha de conscientização quanto ao uso de remédios. O conselheiro Hamilton Augusto do Nascimento considerou que essa deveria ser uma responsabilidade das Unidades de Saúde. Houve então duas propostas diferenciadas. A primeira, de acordo com a proposta original, ter locais públicos de resgate de medicamentos, que fossem de fácil acesso para a população. A segunda, que os medicamentos fossem recolhidos pela Unidade de Saúde do Bairro, e esta distribuísse entre os usuários, material educativo, relacionado ao uso de medicamentos. A primeira proposta recebeu onze votos. A segunda foi aprovada com a maioria dos votos ; **23-** A Secretaria Executiva do CMS, informa que há necessidade de recompor a Comissão de Assuntos Internos. Nenhum conselheiro se prontificou a participar. Em seguida o Presidente passou a palavra ao Deputado Clarikennedy Nunes. O Deputado cumprimentou a todos e explicou que em audiência pública com a Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa, na Câmara de Vereadores, foi aprovado que, antes da assinatura do contrato de gestão do Hospital Doutor Jeser Amarante Faria, os deputados e a comunidade teriam conhecimento do conteúdo de tal contrato. Porém, a decisão da audiência pública não foi respeitada. Comentou que têm ouvido reclamações referente aos médicos, funcionários do Estado, pois segundo ele, há uma disparidade em termos de salário, os contratados pela Entidade recebem duas vezes mais, por uma mesma jornada de trabalho. Expôs seu desejo de dar prosseguimento à discussão em Florianópolis, mas antes gostaria de ouvir a posição do Conselho Municipal, não só referente ao atendimento no Hospital, mas principalmente quanto ao contrato. A conselheira Terezinha Amorim de Castro expressou que a diferença de salários é compreensível, tendo em vista que, quando o médico é contratado diretamente pela entidade, seu salário será diferenciado dos que são funcionários públicos. A senhora Rosinete lembrou que Joinville se colocou totalmente contra a Organizações Sociais dentro do SUS, e que a Entidade não se apresentou ao CMS, mesmo após várias solicitações, portanto *“este Conselho não reconhece o Hospital Jeser Amarante Faria”*, *enfatizou*. O conselheiro Anselmo Silvério falou que havia sido indicado pelo Conselho, para fazer parte da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, que tem por objetivo, fiscalizar o cumprimento desse contrato, estendeu o convite à Mesa Diretora. O Doutor Armando Lorga Vieira esclareceu que além de médicos, não há funcionários públicos trabalhando no Hospital, e que os valores praticados para os médicos contratados e os funcionários públicos são equivalentes. A conselheira Rita de Cássia Correa enfatizou que, todo contrato tem um período de revisão, e há ainda a Comissão responsável pela fiscalização, a quem cabe analisar se o Hospital está regular ou não. Lembrou que o mais importante é a questão do atendimento, e essa análise cabe à população. Sugeriu fazer um questionário com as pessoas atendidas, para medir o grau de satisfação. O conselheiro Valmor João Machado comentou que esse contrato passou por análise da Comissão de Assuntos Internos, que solicitou esclarecimento referente à contratação de médicos do Hospital Municipal São José, porém não obtiveram resposta. O conselheiro Hamilton Augusto do Nascimento esclareceu que o diretor do Hospital Infantil esteve no Conselho expondo o contrato, que foi encaminhado para análise da Comissão de Assuntos Internos, porém a Comissão ainda não emitiu Parecer. A conselheira Cléia Aparecida Clemente Giosole questionou a mudança de faixa etária, para atendimento no Pronto Socorro, a partir do dia primeiro de abril de dois mil e nove, para até quinze anos de idade. Solicitou uma justificativa para a mudança e pediu à Comissão de Assuntos Internos que observasse no contrato, se a Secretaria Estadual de Saúde com a Secretaria Municipal pode decidir sobre o a demanda. O Doutor Armando esclareceu que não foi uma decisão unilateral, que foi



145 discutido com o Município e o Estado, levando em conta programas do próprio Ministério da
Saúde. Destacou que o ambulatório continua atendendo pacientes até dezoito anos,
enquanto o Pronto-Atendimento encaminha pacientes acima de quinze anos para os
Hospitais São José e Regional. A senhora Rosinete fez alusão ao comentário da conselheira
150 Rita de Cássia Correa, dizendo que cada conselheiro representa um segmento, portanto é a
este coletivo que se deve questionar, sendo isso de acordo com o rigor da Lei. *“A pesquisa
de satisfação pode ser um instrumento para que este coletivo tome uma decisão.”*
comentou. O Deputado Clarikennedy Nunes ponderou que a discussão está aberta, visto
que o acordo não foi respeitado. Informou que consta registrado em ata da Assembleia
Legislativa, um acordo feito, que antes de ser firmado contrato, o seu conteúdo deveria ser
155 de conhecimento público, e tal acordo foi desrespeitado. O que precisa ser discutido é por
quanto o Estado está cedendo o profissional, se é pelo o que ele ganha, ou pelo que a
entidade paga e por quanto esse profissional foi negociado. Segundo o Deputado, pode-se
entender que é melhor para a entidade ter um profissional cedido pelo Estado, que ganhe
menos, do que fazer um contrato de um que ganhe mais. Finalizou dizendo que deseja
160 receber uma posição oficial do Conselho, o que vai direcionar seu posicionamento como
Deputado Estadual. Enfatizou que, se o Conselho decidir que este contrato é a melhor
opção, ele será o primeiro a apoiá-lo. Ressaltou mais uma vez que não está questionando o
atendimento, do qual só têm ouvido coisas boas, mas está cumprindo seu papel como
fiscalizador do recurso público do Executivo. O Doutor Armando destacou que há um relógio
165 no hospital para fazer o controle da carga horária do médico, que deve ser de oitenta horas.
Se ele não cumprir, as horas faltantes serão descontadas do seu salário. O Deputado
Clarikennedy lembrou mais uma vez que seu questionamento é se as despesas com
salários de médicos estão dentro do bolo de doze milhões, que é recebido pela entidade, ou
se os salários são pagos à parte. O Doutor Armando completou dizendo que o gasto com
170 médicos está contemplado no valor que reza no contrato. Doutor Tarcísio Crocomo,
Secretário Municipal de Saúde, considerou que qualquer cidadão tem direito a ter acesso a
tais informações, e neste ponto, é de muita importância o papel do Conselho como gestor e
avaliador. Também reafirmou que o atendimento até 15 anos é apenas na Emergência do
Hospital. Lembrou que até pouco tempo, o único Pronto-Socorro Infantil era no Hospital São
175 José, onde as crianças passavam pelo meio dos demais pacientes, para serem atendidas no
fim de um corredor. Além disso, continuou, infelizmente, o maior número de mortalidade
nessa faixa etária, deve-se a causas externas, ou seja, violência, uso de drogas. Ressaltou a
necessidade de uma evolução no atendimento de pediatria. A conselheira Cléia Aparecida
Clemente Giosole lembrou que, inicialmente, o Hospital seria apenas Infantil, só foi
180 determinado como Materno Juvenil por reivindicação do Juiz da Criança e do Adolescente.
O Presidente propôs aguardar o Parecer da Comissão de Assuntos Internos, que deverá
coletar todas as informações relevantes e esclarecer todas as dúvidas, este, depois de
aprovado pela Plenária, será encaminhado ao Deputado Kennedy. Propôs também que o
conselheiro Anselmo Silvério, elabore um relatório, após a primeira reunião com a Comissão
185 de Acompanhamento e Fiscalização, para que seja discutido em Plenária, e se aprovado,
seja também encaminhado cópia ao Deputado Kennedy Nunes. Propostas aprovadas pela
maioria dos conselheiros presentes. Foi deliberado que o encaminhamento será feito na
próxima reunião extraordinária, no final de maio. **2.3** Janine Guimarães, nutricionista da
Equipe de Atenção Básica, apresentou o **Plano de Ações de Alimentação e Nutrição**. Ela
190 iniciou cumprimentando a todos, e informou que faz dez anos que o Ministério da Saúde
implantou a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), que tem como diretrizes
programáticas: 1. Estímulo a ações intersetoriais com vistas ao acesso universal aos

alimentos; 2. Garantia da segurança e da qualidade dos alimentos e da prestação de serviços neste contexto; 3. Monitoramento da situação alimentar e nutricional; 4. Promoção de práticas alimentares e estilo de vida saudáveis; 5. Prevenção e controle dos distúrbios nutricionais e de doenças associadas à alimentação e nutrição; 6. Promoção e desenvolvimento de linhas de investigação; 7. Desenvolvimento e capacitação de recursos humanos. Para esse programa, o Ministério tem disponibilizado um recurso de quarenta mil reais por ano. Esse recurso deve ser usado para ações de alimentação e nutrição na Atenção Básica, e para o início do ano de dois mil e nove, ele deve passar pela aprovação do Conselho, e para cada uma das diretrizes, é destinada uma parte específica do recurso. Existe um sistema de monitoramento, através da Atenção Básica, que consiste em pesar e medir crianças e gestantes e trabalhar o estado nutricional. O Ministério da Saúde exige que esse sistema seja informatizado, e as informações sejam repassadas on-line. Para tanto, o projeto pretende iniciar com três Regionais de Saúde, mas necessita de material de informática. Destacou que, para implantar o plano é preciso capacitar o profissional, além de continuar atualizando quem já faz parte do programa. Para isso foi planejado duas capacitações por ano. A nutricionista Tânia Jacob falou que um dos objetivos é que os profissionais façam um concurso com a comunidade em relação à alimentação e nutrição, e que as diretrizes do programa sejam adaptadas à realidade local. Serão realizadas palestras e oficinas junto à comunidade, para divulgação de hábitos saudáveis. Considerou a importância de trabalhar junto com os Agentes Comunitários de Saúde, visto que eles estão em contato direto com a comunidade. A nutricionista Janine continuou falando sobre a Proposta para Capacitação em Nutrição Funcional, que tem como diretriz o desenvolvimento e capacitação de recursos humanos, que preconiza profissionais com conhecimento técnico com qualidade e quantidade; Educação Continuada que contemple a intersectorialidade; Uniformização dos conceitos e procedimentos para efetivação do plano. Falou que a nutrição funcional é uma tendência mundial no tratamento nutricional, embasada em recentes pesquisas científicas, atualizando todos os conceitos de nutrição. O organismo está adoecendo devido a todas as agressões físicas, emocionais e ambientais que vem sofrendo e a Nutrição Funcional é uma maneira dinâmica de abordar, prevenir e tratar distúrbios crônicos complexos através da detecção e correção dos desequilíbrios que geram as doenças. Estes desequilíbrios ocorrem devido à inadequação da qualidade da nossa alimentação, do ar que respiramos, da água que bebemos, dos exercícios e alterações emocionais que passamos. Estas “inadequações” são consideradas de acordo com a individualidade genética, considerando a interação entre todos os sistemas do corpo, incluindo as relações que existem entre o funcionamento físico e aspectos emocionais. Com isso há dois objetivos em mente: 1- Capacitar as nutricionistas da equipe técnica na área de Nutrição Funcional; 2- Repassar o conhecimento adquirido pelas nutricionistas da equipe técnica aos profissionais de nível superior da Atenção Básica. Para alcançar esses objetivos há duas metodologias: 1- Disponibilizar para as duas nutricionistas da equipe técnica a participação no curso de especialização de nutrição funcional, com as despesas custeadas pelo recurso do Fundo de Alimentação e Nutrição (FAN). O curso terá a duração de 24 meses, com aulas na periodicidade de um final de semana por mês, em Curitiba-PR, totalizando 480 horas; 2- Capacitar os profissionais de nível superior das UBS/USF (um por unidade) com os conteúdos adquiridos no curso de especialização em nutrição funcional, através de palestras discursivas e estudos de casos realizados trimestralmente pelas nutricionistas da equipe técnica. Destacou que, espera-se com os conhecimentos adquiridos, tanto pelas nutricionistas quanto pelos demais profissionais da Atenção Básica, melhores resultados na prevenção, recuperação e tratamento das doenças e agravos não

transmissíveis e desordens crônicas e, conseqüentemente, desmedicalização e melhora na qualidade de vida dos usuários. A conselheira Terezinha Amorim de Castro comentou que é necessário fazer programa de acordo com os alimentos que população tem à disposição. Foi respondido que haverá oficinas regionalizadas, de acordo com os alimentos disponíveis em cada região. O conselheiro Luciano Soares pediu mais esclarecimentos sobre os concursos. Foi esclarecido que a intenção é levar as equipes de saúde à uma reflexão sobre os programas de nutrição que poderiam desenvolver, mesmo sem ter um nutricionista. No último ano, foram premiadas as equipes que melhor desenvolveram trabalhos e pesquisas, baseados no tema da Semana de Alimentação, e pretende-se fazer o mesmo este ano. Dona Irani perguntou quem vai fazer a capacitação dos profissionais. Senhor Marcelino falou que é necessário treinar o profissional do bairro. A conselheira Cléia Aparecida Clemente Giosole questionou como a equipe atende cinquenta e seis unidades, conforme mencionado, se é informado ao usuário que não há atendimento com nutricionistas. Perguntou também por que as duas nutricionistas devem fazer o curso, se não seria melhor uma só fazer o curso, e o restante do recurso ser usado para a Atenção Básica, que deve ser o foco principal. Solicitou encaminhamento desse Plano à Comissão de Assuntos Internos, para uma análise mais detalhada. Foi explicado que o atendimento é dividido por Regionais, e elas são o apoio técnico de um projeto que é novo, trabalhando a nutrição de uma nova forma, por isso é necessário que estejam capacitadas, até mesmo para que possam passar informações aos demais profissionais, visto que se pretende formar multiplicadores, ou seja, passar a informação adiante. O Presidente informou que há duas opções, votar a aprovação ou não aprovação, ou fazer encaminhamento à Comissão de Assuntos Internos, considerando porém, que a Secretaria da Saúde precisa de um referendo até o dia quatorze de maio, e não haverá outra Assembleia do Conselho até essa data. O conselheiro Luciano Soares sugeriu que seja feito encaminhamento à CAI, e que tal comissão emita um Parecer antes do dia quatorze, o encaminhe para a Mesa Diretora, que então fará um referendo temporário à Secretaria, e a Plenária faça a votação na próxima Assembléia. Em votação, o Plano foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes, sendo que a conselheira Cléia registrou voto contrário. Devido ao adiantado da hora, o item **2.4** da pauta não foi apresentado. **2.5** Doutora Selma Cristina Franco apresentou **Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde – PET – Saúde**. Iniciou cumprimentando a todos e explicou que esse programa nasceu de uma Portaria e de um Informe do Ministério da Saúde publicado no segundo trimestre do ano passado. É uma política de reorientação e formação dos profissionais da área de saúde. Como coordenadora do projeto, comentou que e foi reunido um grupo de quatro médicos e dois dentistas que atuam na Rede Básica, mais vinte estudantes de medicina e dez estudantes de odontologia da Univille. Informou que foi elaborado uma proposta para que os estudantes fizessem uma pesquisa na Unidade de Atenção Básica. O tema escolhido para a pesquisa foi “A saúde do idoso”, justamente porque não existe nenhum programa voltado a esse grupo. O principal objetivo é realizar um diagnóstico de saúde integral para pessoas idosas dentro da estratégia de saúde da família nas quatro Unidades que vão participar do projeto. Deseja-se conhecer o perfil social, escolaridade, perfil demográfico, saber quem é o idoso que utiliza essas unidades, saber quais são as necessidades de cuidados que tem essa população, as ofertas do município, verificar alguns aspectos da qualidade de vida. A estimativa é que as unidades escolhidas atendam entre novecentos e cinquenta a mil idosos, dentre eles um grupo menor, de cerca de duzentos idosos que moram na região do Jardim Paraíso, farão avaliação odontológica para se ter um diagnóstico de saúde bucal. Para se obter tais dados, será feito um questionário através dos Agentes Comunitários de Saúde, portanto o idoso não precisará se



deslocar até a Unidade de Saúde. Ao longo de todo o ano serão coletados os dados, será
290 montado um banco de dados, que servirá de base para elaboração de uma proposta do
Programa de Saúde do Idoso. O Senhor Marcelino questionou porquê apenas quatro bairros
foram contemplados. Foi esclarecido que o Plano previa um quantitativo de profissionais de
saúde pra um quantitativo de estudantes, conforme edital do Ministério da Saúde, portanto o
número fica limitado. Nessas unidades estratégicas tem profissionais que atuam na saúde
295 da família e recebem alunos. A expectativa é expandir o programa, em mais unidades, e
também mudar a temática, visto que há muitos problemas de saúde pública, onde se precisa
ter mais entendimento. A Doutora Selma concluiu dizendo que ao final do ano, quando
tiverem os dados completos, apresentarão ao Conselho um relatório com as devidas
conclusões. Em seguida conselheiro Hamilton Augusto do Nascimento, membro da
300 Comissão de Assuntos Internos, fez a leitura do Parecer nº. 012/09, da referida Comissão.
*“ANÁLISE E PARECER DA SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO DA ASSOCIAÇÃO DE
PAIS E AMIGOS DO EXCEPCIONAIS DE JOINVILLE – APAE, JUNTO AO SUS, PARA O
ATENDIMENTO DOS PACIENTES QUE FREQUENTAM A ENTIDADE, CONFORME A
PORTARIA MINISTERIO DA SAÚDE MS/GM Nº.1635. Considerando a Portaria nº. 1635/02
305 que possibilitava o pagamento através da APAC (Autorização de Procedimentos de Auto
Custo), do atendimento da equipe multi profissional, aos pacientes especiais, no valor de
R\$. 14,00 (quatorze reais) dia, às instituições credenciadas, para prestação de serviço pelo
SUS. Considerando a portaria nº. 2867/07, que incorporou os recursos do FAEL (Fundo de
Ações Estratégicas e Complementar), para atendimento de média e alta complexidade. A
310 Comissão de Assuntos Internos, através de recomendação da GUPCAA do SUS, sugere,
aguardar resolução da CIB (Comissão Inter-Gestora Bipartite), definindo fonte de recursos,
para custear esses atendimentos, pois o Fundo Municipal de Saúde não recebeu nenhum
incremento adicional, desde a implantação da Portaria nº.2867/07.”* **O parecer foi aprovado
pela maioria dos conselheiros presentes.** Conselheiro Hamilton prosseguiu com a leitura
315 do Parecer nº. 013/09 *“ANÁLISE E PARECER DO CONVÊNIO FIRMADO ENTRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E PROFIS-SOCIEDADE DE PROMOÇÃO SOCIAL
DO FISSURADO LÁBIO-PALATAL DE JOINVILLE. Considerando que: o convênio foi
firmado em 18/12/06 e renovado até 2008; as prestações de contas vem sendo
acompanhadas, supervisionadas e fiscalizadas pela Gerência de Assistência Ambulatorial e
320 Hospitalar da Secretaria Municipal de Saúde; os recursos financeiros são para custeio
pessoal e aquisição de materiais específicos, para efetivação dos trabalhos desenvolvidos
no Centrinho; na renovação deste convênio para mais 12 meses, serão mantidos os atuais
termos e valores, do instrumento conveniado vigente, ou seja, R\$ 1.626,74 mensais; A
Comissão de Assuntos Internos sugere, a renovação do convênio entre Secretaria Municipal
325 de Saúde e PROFIS- Sociedade de Promoção social do Fissurado Lábio-Palatal de
Joinville.”* **O parecer foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes.** Em seguida,
conselheiro Hamilton passou à leitura do Parecer nº. 014/09, *“ANÁLISE E PARECER DA
SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO DA NOMENCLATURA DA COMISSÃO MUNICIPAL DE
SAÚDE DO TRABALHADOR. Considerando a evolução histórica da prática da Comissão
330 Municipal da Saúde do Trabalhador, a qual vem demonstrando distorções no que compete à
discussão política da Saúde do Trabalhador, a Comissão de Assuntos Internos do Conselho
Municipal de Saúde, sugere, a rediscussão de toda a prática da Comissão Municipal da
Saúde do Trabalhador (horário e local das reuniões bem como o conteúdo das discussões).”*
O conselheiro Douglas Calheiros Machado esclareceu que, no entendimento da CAI, a
335 Comissão Municipal de Saúde do Trabalhador não está mais obrigatoriamente vinculada ao
Conselho Municipal de Saúde, e seus trabalhos hoje se aproximam mais do Cerest, que é



um órgão executivo, do que do Conselho, que discute políticas de saúde. Por isso, a proposta é que haja uma discussão sobre qual é exatamente o papel da dessa Comissão. A Senhora Rosinete Fátima concordou, e disse que falta esclarecimentos até mesmo para os que são membros da referida Comissão, sobre o papel que deve ser, por ela, exercido. O Presidente acrescentou que a Comissão é muito importante, apenas acha que ela não se encaixa como uma Comissão subordinada ao Conselho, visto que as Comissões de Assuntos Internos e Externos, por exemplo, emitem um Parecer sobre determinado assunto, e trazem para a plenária para que seja aprovado, o que não acontece com a Comissão Municipal de Saúde do Trabalhador. O Parecer foi submetido à Plenária e foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a centésima septuagésima nona Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, da qual eu, Giseli Tamar Voltolini Teixeira, lavrei a presente ata que vai por todos assinada. Estiveram presentes os (as) conselheiros (as): **Hamiton Augusto do Nascimento, Rita de Cássia Correa, Helena João de Souza Francelino, Douglas Calheiros Machado, Fabiana Gadotti, Liamar Michelmann Laffin, José Rodrigues dos Santos Filho, Elidiane Ribeiro, Lila Gersa N. P. Abreu, Nelson Renato Esteves, Albertina Valentine Cristofolini, Luciano Soares, Paulo Felipe Heck, Mário Bruckheimer, Tânia Izabel do Rosário Irala, Antonio Carlos Fernandes Vieira, Sandra Mara Scherpinski, Lindomar Spindola de Oliveira, Araceli Rezini Rosa, Luiza De Bastiani, Mário Luiz Alves, Elenice de Fátima Correa Krüger, Almerize Verônica Leite, Valdir Vieira Rebello, Terezinha Amorim de Castro, Nelson Antonio de Souza, Mario Ivo Maiochi, Cléia Aparecida Clemente Giosole, Edilson Meurer Boing, Belino Bernchenbrock, Leonardo Rosalvo Jucinsky, Anselmo Silvério, Valmor João Machado, Revelino João Fleith, Angelina Sombrio**, dez representantes de Conselhos Locais, representantes da Univille, do Ielusc, da Pastoral da Criança, da Secretaria Municipal de Saúde, do Hospital Infantil Dr. Jeser Amarante Faria, da Rede Feminina, da Câmara de Vereadores e da Associação de Moradores do Nova Brasília.